

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 108
15/09/06 a 21/09/06**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), André Guzzi (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista FAPESP), Haroldo Ledandeck, Juliana Alves da Costa, Lisandra Crosara, Maria Paula de Barros Cantusio e Renata Avelar Gianini (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP e redatora responsável).

Para FMI o Brasil gasta mal o que arrecada

O Fundo Monetário Internacional (FMI), durante reunião com o Banco Mundial (Bird), em Cingapura, no dia 14 de setembro, divulgou o relatório “Perspectivas para a Economia Mundial”, que prevê o crescimento de cerca de 4% da economia brasileira em 2006 e 2007. No documento, o Fundo recrimina o aumento dos gastos públicos no Brasil e em outros países da América Latina, ao constatar que estes recursos não estão sendo destinados a programas sociais ou investimentos em infra-estrutura. O órgão, apesar de reconhecer que nos últimos anos os investimentos em programas sociais no Brasil vêm crescendo, alerta que os gastos neste setor têm contribuído para o aumento do consumo e da distribuição de renda, mas, sem mais investimentos produtivos, o país não conseguirá crescer de forma sustentada. Segundo o diretor do Fundo, Rodrigo Rato, esta seria a razão do baixo ritmo e da inconstância do crescimento do Brasil. Apesar de elogiar as medidas macroeconômicas que vêm sendo adotadas pelo país, para o FMI, o governo brasileiro peca ao usar o aumento da arrecadação tributária para financiar o crescimento da despesa pública e prevê dificuldades para que o país mantenha os superávits primários e reduza o peso da dívida pública caso este cenário continue (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/09/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/09/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/09/06; O Globo – Economia – 15/09/06; O Globo – Economia – 16/09/06).

Grupo de Cairns tentou retomar antiga influência

O ministro da Agricultura, José Guedes Pinto, foi à Austrália para representar o Brasil da reunião de comemoração de 20 anos da criação do Grupo de Cairns. Criado em 1986 com o objetivo de influenciar a Rodada Uruguai a incluir o tema da agricultura em sua agenda e pressionar por cortes tarifários, o Grupo perdeu força quando a Austrália assinou um acordo comercial com os Estados Unidos e, posteriormente, com a criação do G-20. O intuito da reunião foi o de tentar fortalecer o acordo para dar impulso à Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Participam do Grupo de Cairns cerca de dezoito países exportadores agrícolas da América Latina, Ásia, África e Oceania. Ainda deverão estar presentes ao encontro representantes de países indispensáveis na consecução das negociações comerciais da OMC, que não participam do grupo de Cairns, tais como Pascal Lamy, diretor-geral desta instituição, Susan Schwab, representante de Comércio dos Estados Unidos e o embaixador da União Européia (UE) na OMC (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/09/06).

Diretor do FMI afirmou que Brasil tem direito de discordar de novo formato do órgão

O diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, Rodrigo de Rato, afirmou que o Brasil, assim como todos os outros países, tem o direito de discordar do novo formato que o órgão deverá adotar para elevar a representatividade de países emergentes em suas decisões. O projeto de reformulação de representatividade dentro do Fundo contará com quatro fases: aumento imediato da participação de China, Coréia, México e Turquia; em um segundo momento, uma revisão da fórmula de cálculo da representatividade, dando mais peso ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países; a aplicação, nos próximos dois anos, dessa nova fórmula; e um aumento proporcional dos votos mínimos para todos os países, cujo objetivo é beneficiar as economias menores. Com o novo formato, o Brasil poderá perder peso nas votações internas do FMI e, juntamente com Argentina, Índia e Egito, posicionou-se contra a reforma nesses termos, pedindo a interrupção do processo, durante o fórum da instituição ocorrido em Cingapura, entre os dias 17 e 19 de setembro. O governo brasileiro discordou, em especial, da segunda etapa do processo, pois acredita que o PIB *per capita* é que deveria ser levado em conta para definir a representatividade de cada país. Este índice considera o poder aquisitivo dos habitantes de cada país em relação à moeda local, enquanto o PIB não *per capita* seria definido em dólares. O processo decisório na organização, entretanto, aprovou as mudanças propostas, o que representou uma derrota ao pleito brasileiro. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/09/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/09/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/09/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/09/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/09/06; O Estado de



S. Paulo - Economia & Negócios - 20/09/06; O Globo – Economia – 17/09/06; O Globo – Economia – 18/09/06).

Bird avaliou corrupção no Brasil

Em visita à Cingapura, o presidente do Banco Mundial (Bird), Paul Wolfowitz declarou que a corrupção é um tema de grande importância no Brasil, uma prática endêmica e enraizada. Wolfowitz afirmou ainda que a instituição chegou a examinar uma série de programas que desenvolve em conjunto com o governo brasileiro para levantar possíveis casos de desvio de verbas, mas não foi encontrado nenhum tipo de problema. Em um relatório divulgado pelo Bird no dia 15 de setembro, para aferir o grau de transparência em cerca de 200 países em termos de responsabilidade do setor público, controle da corrupção e aplicação da lei, o Brasil aparece em uma posição intermediária. O país não atinge os dois primeiros níveis de avaliação em nenhum dos seis quesitos: liberdade de expressão e de voto; estabilidade política e ausência de violência; eficácia das ações do governo; qualidade do sistema regulatório da economia; eficácia das leis e controle da corrupção (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/09/06; O Globo – Economia – 16/09/06).

Brasil declarou estar disposto a fazer concessões na Rodada Doha

Durante a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), ocorrida em Cingapura, a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) acabou tornando-se um dos principais assuntos da pauta. O diretor-geral do Fundo, Rodrigo de Rato, reiterou que o aumento do protecionismo seria um dos principais riscos para a economia mundial e exortou todas as partes envolvidas nas negociações a mostrarem vontade política e flexibilidade para retomar a Rodada. Os representantes dos 24 países-membros do comitê do FMI demonstraram seu descontentamento com o entrave das negociações. O secretário do Tesouro norte-americano, Henry Paulson, ressaltou que seu país está preparado para fazer concessões, e aumentá-las, se houver progressos nas propostas dos demais países. O ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega, por sua vez, declarou que o Brasil está disposto a fazer concessões nas negociações da OMC desde que os Estados Unidos e a União Européia melhorem suas ofertas de abertura para seus mercados agrícolas. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/09/06).

Embaixada brasileira notificará Cingapura por deportação

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, afirmou que a embaixada brasileira em Cingapura deverá enviar uma

nota à chancelaria local com vistas a questionar a decisão cingapuriana em deportar a economista Maria Clara Soares. Guimarães também enviou carta à instituição Action Aid, na qual afirmou ter sido “totalmente inadequado” o tratamento dado por autoridades de Cingapura à brasileira no país. Maria Clara declarou ter passado por um processo agressivo e coercitivo dado pelas autoridades locais (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/09/06).

Relator da ONU criticou ação do governo brasileiro quanto ao racismo

No dia 18 de setembro, Doudou Diène, relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para o combate ao racismo, criticou a atuação brasileira no assunto. Em documento apresentado na abertura do Conselho de Direitos Humanos da entidade, Diène afirmou que certas esferas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiros, e ainda a sociedade civil do país, resistem a medidas de combate ao racismo. O relator, que esteve no Brasil com vistas a investigar a situação, afirmou que a elite brasileira diz não haver racismo no país utilizando-se da máscara ideológica representada pela ‘democracia racial’. Diène reconheceu a ação governamental para o combate ao racismo, exemplificada com a criação de uma secretaria de Estado para cuidar deste assunto e a adoção de programas de cotas nas universidades. Entretanto, requisitou mais verbas aos programas públicos que tratam deste tema, assim como a criação de um plano nacional contra o racismo. No dia 18 de setembro, o governo brasileiro informou que um plano nacional de tal teor está próximo da conclusão, e declarou também que a sociedade é culpada por problemas relacionados à promoção da igualdade racial. Ainda disse que a questão do racismo recebe recursos orçamentários, e é discutido, por exemplo, nos ministérios da Educação e da Saúde. (O Estado de S. Paulo – Vida & - 19/09/06).

Chefe da OIT elogiou o Brasil

No dia 18 de setembro, o chefe do programa de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Roger Plant, teceu elogios aos esforços do governo brasileiro em dissuadir tal prática no país. De acordo com Plant, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a ocorrência de trabalho escravo em seu território e a formar uma ação interministerial para combatê-lo. O chefe da OIT indicou o conhecimento do trabalho escravo nas regiões Norte e Nordeste, entretanto alertou para as denúncias que têm recebido sobre o trabalho forçado de imigrantes, que chegam ao Brasil atraídos pelo mercado de trabalho na região Sudeste. Para a erradicação do problema, Plant recomendou o aperfeiçoamento da atuação integrada entre os poderes Executivo e Judiciário brasileiros, com vistas a punir os exploradores da mão-de-obra escrava, de forma garantir a reparação e a reinserção desta última. (O Globo - Economia - 19/06/2006).

Lula discursou na Assembléia geral da ONU

No dia 19 de setembro, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ao discursar na abertura da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), afirmou que um possível fracasso das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) poderia proporcionar facilidades à disseminação do terrorismo, do narcotráfico e do crime organizado. Em seu discurso, Lula declarou que o desenvolvimento direciona a paz, afirmando que a eliminação das barreiras que impedem o progresso dos países pobres é um dever ético dos países ricos. O presidente brasileiro também criticou o dispêndio de enormes somas monetárias com guerras, as quais, segundo ele, são métodos ineficientes de sustentar a segurança internacional. Defendeu, então, o exemplo do Brasil no combate à fome e à pobreza como um meio para a diminuição da violência; propôs a realização de uma reunião de cúpula comandada pela ONU, cujo tema seria a situação do Oriente Médio, haja vista que as discussões para a paz na região vêm sendo tratadas apenas por países ricos. Em adição, Lula assinalou, durante a assembléia, que as políticas unilaterais enfraquecem a ONU, assim como a OMC, e novamente requisitou uma reforma do Conselho de Segurança, a fim de torná-lo mais democrático. Fez ainda críticas aos Estados Unidos por sua oposição à ampliação do número de membros permanentes do órgão (O Globo - Economia - 20/09/06).

Lula endureceu seu posicionamento em relação à Bolívia

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, decidiu endurecer o posicionamento do país frente às atitudes do governo da Bolívia em relação à lei de nacionalização do gás. Na semana passada, Lula recebeu a notícia de que o presidente boliviano, Evo Morales, rebaixaria duas refinarias da Petrobrás instaladas em seu país a meras prestadoras de serviço da estatal boliviana YPFB, e confiscaria suas receitas, provenientes da venda de derivados de petróleo. No dia 14 de setembro, ao fracassar na tentativa de fazer a Bolívia recuar, o presidente brasileiro autorizou os representantes da Petrobrás a adotarem um tom mais ofensivo em seus discursos e ações contra o país vizinho. No dia 15, frente às ameaças brasileiras de encerrar as atividades de refino da Petrobrás na Bolívia e de recorrer a instâncias jurídicas internacionais, o governo boliviano anunciou que suspenderia a medida por tempo indeterminado. Em viagem a Cuba para participar da 14ª Cúpula dos Países Não-Alinhados, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, encontrou-se com Evo Morales, que confirmou a decisão de suspender o confisco das refinarias brasileiras. No entanto, no dia 16, o novo ministro boliviano dos Hidrocarbonetos, Carlos Villegas Quiroga, declarou que seu governo não pretende abrir mão da medida que prevê o confisco das refinarias da Petrobrás. Segundo o vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera, seu país está em um período de negociações, mas poderá ser duro caso o decreto de nacionalização não seja acatado. O governo boliviano quer que as companhias de petróleo



renegociem as bases contratuais para continuar operando no país até o começo de outubro. O presidente Evo Morales, ao tratar do assunto, afirmou, no entanto, que a atuação do governo boliviano na questão dos hidrocarbonetos não era confiscatória. Disse também que o presidente brasileiro é para ele como um “irmão” e que o Brasil é um país aliado da Bolívia. Após o posicionamento mais endurecido do governo brasileiro, todavia - após o recrudescimento da decisão boliviana supracitada - foi readotado um tom mais apaziguador das relações bilaterais. A Petrobrás, por sua vez, declarou esperar negociações técnicas para a resolução do impasse, ainda que tenha reiterado que a nova resolução boliviana, se posta em vigor, tornaria inviáveis as operações da empresa na Bolívia. Outro ponto de atrito entre os governos brasileiro e boliviano é o reajuste do preço do gás natural, cujas negociações estão paralisadas há dois meses. Nestas, o Brasil buscará a indenização à Petrobrás pela nacionalização de suas refinarias, assim como a continuação de sua governança nas instalações, ainda que na condição de sócia minoritária. No dia 09 de outubro, representantes dos dois países deverão se encontrar para tentar resolver ambos os assuntos. Até lá, a Petrobrás apresentará alegações para tentar suspender a medida que, na prática, poderá expulsá-la da Bolívia (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/09/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/09/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/09/06; Folha de S. Paulo - Dinheiro - 19/09/06; Folha de S. Paulo - Dinheiro - 20/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/09/06; O Estado de S. Paulo Economia & negócios – 19/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/09/06; O Globo – Economia – 15/09/06; O Globo – Economia – 16/09/06; O Globo – Economia – 18/09/06).

Wolfowitz e Rato fizeram declarações sobre os países emergentes

O presidente do Banco Mundial (Bird), Paul Wolfowitz, afirmou que países em desenvolvimento, tais como o Brasil, Índia e China, precisam promover cortes às suas tarifas sobre manufaturados, com vistas a remover barreiras que dificultam o comércio entre países de baixa renda. Rodrigo de Rato, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), por sua vez, assinalou que o fracasso nas negociações comerciais mundiais podem acarretar em um movimento protecionista global. Rato requisitou aos países emergentes, assim como ao G-7, que sejam ágeis no prosseguimento da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e mantenham os avanços alcançados nas negociações abarcadas por ela. Wolfowitz, em consonância com Rato, afirmou serem necessárias maiores concessões de todos os países-membros de Doha, a fim de que esta possa avançar. As declarações foram feitas durante a primeira sessão plenária da assembleia anual do FMI e do Bird (O Estado de S. Paulo - Economia & Negócios - 20/09/06).

Peter Mandelson fez declarações sobre a retomada de Doha

No dia 19 de setembro, o Comissário de Comércio da União Europeia (EU), Peter Mandelson, afirmou que os países em desenvolvimento que formam o G-20, entre eles o Brasil, também possuem responsabilidades na retomada da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). De acordo com Mandelson, há uma crescente expectativa com relação ao volume de concessões que tais países estão dispostos a conceder. Segundo o Comissário, as economias emergentes, tais como o Brasil, Índia, e especialmente a China, têm angariado progressivamente um papel mais importante no cenário internacional. Desta forma, os europeus consideram-nos ao firmar uma nova estratégia de competitividade. Mandelson também defendeu um estreitamento das relações da EU com estes países, os quais, de acordo com ele, representam o maior desafio e a maior oportunidade à globalização europeia. (O Estado de S. Paulo - Economia & Negócios - 19/09/06).

Europeus vêm para reunião do Rio sem proposta

Nos dias 3 e 4 de outubro, Mercosul e União Europeia se encontrarão no Rio de Janeiro para discutir a área de livre comércio entre os dois blocos. Embora o governo brasileiro acredite que é chegado o momento de fazer novas concessões, o bloco europeu explicitou que não fará novas propostas de abertura de seu mercado agrícola ao menos até março de 2007. A expectativa é que somente após a finalização da Rodada de Doha os blocos apresentarão novas propostas (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 21/09/06).

UE envia missão para investigar aftosa em SP

A União Europeia (UE) fará uma inspeção no rebanho bovino brasileiro em razão dos rumores sobre a ocorrência de febre aftosa no Estado de São Paulo. Além disso, o bloco europeu pede que o Brasil explicita quais medidas estão sendo feitas para conter a proliferação da doença no país. Os países da UE, prejudicados pelas exportações brasileiras, querem aproveitar o que consideram condições insuficientes no setor fitossanitário nacional para pedir a imposição de barreiras (Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 21/09/06).